

Perspectivas para os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs): uma discussão à luz da economia solidária e da contabilidade social

Prospects for community development banks (CDBs): a discussion in the light of the solidarity economy and social accounting

Silvia R. da S. O. Rocha¹  , Pierre Ohayon¹  

DETALHES EDITORIAIS

Afiliação

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Histórico do artigo

Recebido: 01/05/2024

Aceito: 02/06/2025

Publicado: 09/08/2025

Citação APA

Rocha, S. R. da S. O., & Ohayon, P. (2025). Perspectivas para os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs): uma discussão à luz da economia solidária e da contabilidade social. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 30(1), 1-14.

[English version](#)

Resumo

Os bancos comunitários de desenvolvimento são entidades solidárias fomentadoras de renda e de crédito à parcela fragilizada de um determinado território, alguns desses bancos também propagam a circulação de moedas sociais formando um fluxo econômico-financeiro que reaquece a economia local. A teoria da contabilidade social é um conceito abrangente, que consiste em estudo de aspectos financeiros e não financeiros que integram um sistema informativo de divulgação dos impactos sociais e ambientais resultantes das atividades econômicas das empresas. Este ensaio teórico objetivou discutir sobre as possibilidades de a teoria da contabilidade social direcionar seu foco aos empreendimentos solidários, em especial os bancos comunitários de desenvolvimento. Foi realizado um estudo de análise de definições de economia solidária bem como da teoria da contabilidade social, associando estes conceitos aos princípios e valores solidários que permeiam os bancos comunitários. Por meio do ensaio, foi possível identificar que a contabilidade social pode fornecer estudos dos aspectos subjetivos como valores e influências em aspectos políticos, econômicos e sociais. Também é possível contribuir com o auxílio na definição de conceitos de contas contábeis direcionadas ao que é riqueza e valor nestes empreendimentos solidários, bem como pode entregar opções de estudo da interação dos bancos com os territórios em que atuam. Outra ação possível em pesquisas, seria aprofundar reflexões sobre a ação sustentável nestas entidades pelo conceito das dimensões de criação de valor gerados pelo lucro com propósito, conceitos pertencentes à teoria da sustentabilidade empresarial. Conclui-se que as perspectivas são favoráveis a adoção da contabilidade social como recurso metodológico para os estudos das entidades solidárias dos bancos comunitários de desenvolvimento, aproximando os recursos da contabilidade e diminuindo a lacuna de trabalhos acadêmicos contábeis neste segmento.

Palavras-chave: teoria da contabilidade social, bancos comunitários de desenvolvimento, economia solidária

Abstract

Community development banks are solidary entities that promote income and credit to the fragile portion of a given territory: some



of these banks also propagate the circulation of social currencies, forming an economic-financial flow that revives the local economy. The theory of social accounting is a comprehensive concept that involves studying both financial and non-financial aspects within an information system designed to disclose the social and environmental impacts of companies' economic activities. This theoretical essay aimed to discuss the possibilities for social accounting theory to focus on solidarity enterprises, especially community development banks. It analyzed definitions of the solidarity economy and social accounting theory, associating these concepts with the solidarity principles and values that permeate community banks. It was possible to identify that social accounting can provide studies of subjective aspects such as values and influences on political, economic and social aspects. It is also possible to help define accounting concepts aimed at what wealth and value is in these solidarity ventures, as well as providing options for studying the interaction between banks and the territories in which they operate. Another potential research action is to enhance reflections on sustainability within these entities by exploring the dimensions of value creation derived from profit with purpose, concepts integral to the theory of corporate sustainability. The findings indicate that using social accounting as a method for studying community development banks is a good idea, as it helps connect accounting resources and lessens the gap in academic accounting work in this area.

Keywords: social accounting theory, community development banks, solidarity economy

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio teórico é analisar a teoria da contabilidade social e discuti-la à luz das entidades solidárias, principalmente os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs). É notável uma carência de estudos acadêmicos que promovam discussão a respeito da economia solidária e suas especificidades e assim estruturam um projeto metodológico para estas entidades.

A contabilidade é, em sua essência, uma ciência social. Iudícibus et al. (2005) a define como utilitarista, que exhibe como ocorrem os fatos econômicos partindo da necessidade de vários povos em diferentes momentos históricos. Esta característica precisou ser destacada como área para atuar em uma nova função que a contabilidade tradicional precisava atender.

Surge a contabilidade social que, no contexto da teoria, divide-se em visões macro e a micro. Segundo Moreira e Ferreira (2023) a contabilidade social pela visão macro fornece informações sociais macroeconômicas para uma região em um determinado período, possibilitando subsidiar com os resultados os planejamentos para nortear as políticas econômicas da região.

Por outro lado, a contabilidade social sob um aspecto da micro visão pode ser definida como uma abordagem contábil distinta da tradicional, a saber:

[...] combinação entre o uso da ciência de uma forma mais ampla que apenas eventos estritamente econômicos e fazê-la de forma diferente, que não se limite a termos estritamente financeiros e ainda promover responsabilização a diferentes indivíduos ou grupos, ou seja, não se reportar apenas aos provedores de capital (investidores) (Gray et al., 2001, p. 2).

Com relação à economia solidária, essa se expressa em diversas ações voltadas para a fomento de oportunidades de trabalho e renda, envolvendo empreendimentos produtivos e de prestação de serviços, assumindo formas variadas de organização (cooperativas, associações, grupos não formalizados e bancos) baseadas em características marcantes que os distinguem da atividade econômica capitalista tradicional como solidariedade, cooperação atividade econômica e comércio justo (Calbino, 2016).

Entretanto, a contabilidade social não contempla investigação de novas dinâmicas sociais. Alguns estudos na contabilidade social questionam seu exercício como ainda muito convencionado a contabilidade tradicional. Gray (2002) pontua que a contabilidade social tem se privado a objetivos estritamente econômicos e lucrativos das organizações, sejam elas públicas ou privadas, sob o prisma justificativo do foco no valor das ações ambientais e sociais que executam. Ressalta-se a importância da ciência contábil se expandir e aceitar outras dimensões que não sejam estritas ao caráter lucrativo verticalizado, resumindo seus interesses epistêmicos a reconhecimento de variáveis monetárias, se limitando a interpretar o conceito de valor sob uma perspectiva de fluxos de fundos de mercado e

interesses privativos. É preciso tentar adentrar, também, aos aspectos críticos da realidade social como um todo (Gil, 2018).

Hopwood (2013) afirmou que a contabilidade age por meio de um entrelaçamento nos cenários em que atua, portanto, tem potencial de ser desenvolvida em um contexto de diversidade organizacional. Partindo destas premissas, é possível refletir as seguintes perguntas de pesquisa: É possível a contabilidade social possuir como objeto de estudo os bancos comunitários de desenvolvimento? Se sim, qual o papel da contabilidade social frente às especificidades que estas entidades possuem?

A proposta deste ensaio é discutir tais conceitos no rol da pesquisa contábil e analisar se no conceito da teoria da contabilidade social encontramos possibilidades úteis e aplicáveis a estes empreendimentos solidários como os bancos comunitários de desenvolvimento que hoje atuam em mais de 150 territórios no país e que envolvem a parcela mais fragilizada economicamente da população brasileira.

Nos tópicos seguintes, discutiremos os conceitos e pesquisas em teoria da contabilidade social, bem como analisaremos as pesquisas realizadas em contabilidade na economia solidária e finalizaremos com a discussão sobre a teoria contabilidade social e os bancos comunitários analisando a aplicabilidade da teoria junto a estes empreendimentos solidários, aos bancos comunitários de desenvolvimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A teoria da contabilidade social

No contexto da teoria, as pesquisas em contabilidade social começam a surgir na década de 1970, sob pressão social por respostas ao que as instituições fazem pelo meio ambiente (Riahi & Khoufi, 2019). Em reforço a esta argumentação, Ramanathan (1976) inicia as discussões em contabilidade social questionando a busca incessante por resultados financeiros poderiam estar em vias opostas com as metas e as prioridades sociais. Seguindo a visão do autor, estes resultados se baseiam numa estrita relação de maximização de lucros e aquilo que se entrega à sociedade é um retorno estritamente econômico gerando dúvidas sobre o que é informado nos dados contábeis e a respeito dos benefícios sociais informados pelas empresas e como estes valores eram reportados à sociedade.

Este construto teórico aplicado a contabilidade social guarda similaridade com os estudos de Burchell et al. (1980) ao questionarem a ideia de neutralidade da contabilidade, entendendo a ciência como influenciadora nos aspectos social, político e econômico. Quer dizer, os registros contábeis sofrem influência de diversos fatores que são relativos aos indivíduos que os executam e administram. Reforça este argumento estudos de Hopwood (2013) ao também discutir a neutralidade contábil. Ele acresce em seus argumentos que o julgamento e a interpretação do contador devem ser a base de seu ofício, o contexto profissional deve ser considerado, principalmente a forma como este agente reflete sobre o que chama de imperativos articulados em nome da contabilidade e as funções que lhe são atribuídas no contexto organizacional como também no social.

Face ao tema ainda embrionário na década dos anos 1980, os autores que escreveram tentando compor teoricamente o papel da contabilidade na sociedade, questionaram o que significa social dentro do funcionamento da contabilidade, conceituando o termo como um processo sistemático que a rotina organizacional deveria enfrentar. Eles destacaram que o tema contabilidade social ainda era pouco tratado, e que o campo regulatório poderia trazer as mudanças necessárias no campo. Outros pontos destacados são a essencialidade da teoria e inovação metodológica na contabilidade a fim de enfrentar as incertezas existentes sobre o que é ação social. A mudança de orientação na contabilidade era necessária para buscar saber de que forma os conceitos de social e da contabilidade se entrelaçavam (Burchell et al., 1980).

Em um panorama evolutivo, nota-se que as pesquisas em contabilidade social acompanharam o crescimento da própria contabilidade prática. Isso se justifica porque, de um modo geral, a contabilidade está ligada ao desenvolvimento da humanidade (Guimarães & Santana, 2007). Neste contexto, são perceptíveis surgimentos de conceitos diversos para a teoria da contabilidade social ao longo do tempo. Essa fase dos estudos em contabilidade social nos remete a que

Ramanathan (1976) conceituou como a função da contabilidade social ser como um processo de seleção de variáveis com fim de reportar as ações sociais da empresa, uma espécie de investigação a respeito da relação entre geração de riqueza e a prestação de contas à sociedade. Kroetz (1999) nos descreve esse conceito, mas pontua que a contabilidade social, à época, parecia muito imprecisa e pouco aplicável.

Deste modo, é perceptível o crescimento conceitual em pesquisas acadêmicas na contabilidade ao percebermos que o ramo da contabilidade social proporcionou discussão e assim foram surgindo novos termos, como por exemplo, contabilidade ambiental, socioambiental, gestão social, responsabilidade social ou sustentabilidade (Gray et al., 2009). Verifica-se que todos estes termos, relativos às ações das organizações a respeito das ações ao meio ambiente, encontram-se em abundância nas pesquisas, contudo como foco de estudos desenvolvimentos exclusivamente dentro do aspecto socioambiental. Deste modo, não fica difícil inferir que há espaço para a contabilidade social permitir estudos e abranger em sua aplicação outros assuntos tão importantes quanto o que está em voga, como, por exemplo, os novos segmentos econômicos sociais que se organizam atualmente.

Com o passar do tempo e o aumento das exigências sociais a respeito das questões ambientais, percebe-se que a responsabilidade social é assunto central estudado em pesquisas em contabilidade social e ganha força quando são exigidos relatórios corporativos, expressando políticas de gestão ambiental e social corporativa. Derivada da contabilidade social, a contabilidade ambiental traz em seu escopo o intuito de gerar dados que informem a relação das organizações com o meio ambiente, e que sejam relevantes para seus diversos interessados e os auxiliem em suas decisões (Souza & Ribeiro, 2004).

A contabilidade social aprofunda em relação ao detalhamento de prestação de contas e se apresenta estrategicamente, à medida que começa a exigir regulação e, conseqüentemente, há aderência ao mercado de ações por empresas responsáveis provocando adoção por parte das organizações que divulgam informações das suas práticas sustentáveis (Rodrigues et al., 2018). Podemos depreender que os estudos em contabilidade social atinge um importante nível de validação e credibilidade tanto no contexto acadêmico e social.

No Brasil, os estudos acadêmicos começam a surgir na década de 1990, há principalmente concentração de esforços na pesquisa na área, possivelmente provocada pela campanha para utilização do Balanço Social, originada pelo sociólogo Herbert de Souza, em 1996 (Santana, 2004). A contabilidade começa a ser incitada a enredar nos temas dos problemas ecológicos e a busca de meios a resolvê-los, por meio da contabilidade social. A contabilidade precisa ser divulgadora das ações organizacionais impactantes ao meio ambiente, por meio da mensuração destes eventos (Ferreira, 1995).

A sustentabilidade entra em pauta nas organizações sendo possível verificar algumas mudanças nos relacionamentos entre agentes das empresas brasileiras, a adoção da ética e responsabilidade social viram pautas importantes integrando valores empresariais, além de ser utilizado para beneficiar o *marketing* das empresas. Investimentos nas áreas sociais são observados, todos estes aspectos motivados pela adoção da divulgação do Balanço Social (Tinoco et al., 2010).

Enquanto isso, o campo acadêmico contábil no exterior segue se aprofundando em pesquisas que melhorem as divulgações ambientais das organizações. Neste contexto da sustentabilidade, Elkington (1998) traça a *triple bottom line* que é uma abordagem para medir o impacto ambiental, social e financeiro das empresas, permitindo mais detalhamento do que é feito internamente nas organizações. Ele argumentou que as empresas devem ser responsabilizadas por seus impactos em todas as três dimensões, com fins de certificar se é mesmo organizações responsáveis em todos os aspectos. A contabilidade avalia detalhadamente o impacto modificador que uma organização pode causar as pessoas, tanto dentro quanto fora dela. As questões frequentemente abordadas são relações com a comunidade, segurança do produto, iniciativas de treinamento e educação, patrocínio, doações de dinheiro e tempo para caridade e emprego de grupos desfavorecidos (Elkington, 1998).

Este entendimento é confirmado por Gray et al. (2009), que afirmam que temas como, *corporate social responsibility*, *a social responsibility accounting*, SEA, relatórios e suas divulgações além de auditoria circundam a teoria da contabilidade social explicando o quanto ela é aderente a modificações, permitindo haver aprofundamento de forma mais paradigmática voltada a investigação interpretativa e crítica de fenômenos sociais.

O potencial da contabilidade social continua sendo discutido por González-Castillo et al. (2017) refletindo que a contabilidade social aumenta os horizontes da ciência contábil pelo seu caráter mais qualitativo, agregando mais valor como sistema de informação e além de elevar a atuação do profissional contador. Assim pode-se inferir que a contabilidade social pode responder e investigar mais aspectos sociais do que os costumeiros a respeito do meio ambiente centrados nos relatórios que justifiquem as soluções das organizações.

Num aspecto geral o estudo de Gray et al. (2011) analisa o feliz caminho em que a contabilidade social progride nas questões ambientais. A linguagem social e ambiental dos negócios mudou e muitas reivindicações de responsabilidade foram exibidas, a divulgação voluntária foi exposta como escolha seletiva, e há mais explicações sobre como empreender ações sociais, ambientais e o discurso da sustentabilidade está predominante.

E neste contínuo caminho promissor da contabilidade social relativa ao assunto meio ambiente, Rezaee (2021) agrega o diálogo das divulgações em contabilidade social, retomando a discussão sobre sustentabilidade empresarial entendendo que ela pode ser integrada aos objetivos de maximização do lucro acionário à medida que ela considere o bem-estar das partes interessadas. O autor propõe um interesse integrativo chamado 'Lucro com propósito'. O autor desenvolve ações práticas como firmar compromisso escrito com a criação de valor compartilhado, além de unir as partes interessadas aos conselhos executivos decisórios. Esta nova visão abre espaço para um olhar mais cuidadoso aos valores das ações sustentáveis e cuidado entre pessoas, importante direcionamento alinhado às práticas modernas de gestão de recursos humanos.

Embora haja este sucesso no campo prático, no campo acadêmico foi percebido na pesquisa crítica de Machado et al. (2009) que a contabilidade social sempre carregou os temas ambientais e suas divulgações em seu bojo, pois a maioria das pesquisas realizadas com esta temática baseiam-se em pesquisa documental, inclusive grande parcela destes trabalhos tratam de pesquisas de relatórios contábeis divulgados por empresas e julgou que há baixo embasamento com teorias econômicas e sociais que as fundamentem.

González-Castillo et al. (2017) defendem que a contabilidade social, como um conjunto sistêmico informativo que possui uma ótica social que serve para obtenção de assuntos base, além de colaborar com as possíveis soluções para fatos que de algum modo afetam a sociedade. Se a sociedade se constitui de diversidade entre seus indivíduos, é possível criar a reflexão para outras formas de negócios em que este ramo da contabilidade pode ser útil. Mais um estudo que representa reforço a tese de que é precisa ampliar o escopo desta utilidade na ciência contábil.

O desenho da história da teoria da contabilidade social que se produziu permitiu algumas reflexões. A primeira seria sobre a necessidade da teoria de inovação metodológica na contabilidade diante da abordagem do social. A contabilidade consegue entregar estudos científicos promissores no campo ambiental, contudo desliza na orientação para as entidades solidárias, que crescem em visibilidade no país, ou seja, a pesquisa acadêmica na área ainda é incipiente. A economia solidária reúne empreendimentos sociais diferenciados além de envolver uma parcela importante da sociedade tratado de elementos financeiros, patrimoniais como qualquer outra entidade, porém possui suas especificidades (Mostagi et al., 2019).

Outro pensamento é se a contabilidade é uma ciência social útil a sociedade, quais razões afastam pesquisas em economia solidária serem produzidas no campo acadêmico contábil. Nestes empreendimentos, por necessidade de adaptação, a prática da gestão social existente é muito similar a gestão estratégica que organizações privadas fazem. Trazer esses moldes às entidades sociais pode não ser eficaz e ainda tornar esquecida a razão de ser destes tipos de entidades. Autores afirmam que é importante um arcabouço metodológico que ofereça competências voltadas ao social (Silva et al., 2008). Se os elementos base (indivíduos, organização social, finanças) são existentes nesta relação, a contabilidade social pode ser aplicável no contexto social solidário.

Outra lacuna encontrada foi que, embora seus teóricos de vanguarda já confirmaram a abrangência da contabilidade social, percebe-se que os acadêmicos em contabilidade social se limitaram a entidades de grande porte e em núcleos governamentais. Por motivos óbvios, não se desconsidera tamanha importância, contudo é preciso gerar espaço para outros debates no campo de estudo da contabilidade social permitindo germinar reflexões, à medida que atenda de igual forma os novos segmentos sociais que se articulam no país na atualidade e contribua para seu crescimento ou desenvolvimento, a depender de seus fins.

2.2 As práticas contábeis no âmbito dos empreendimentos em economia solidária

Na busca para elucidar o cenário da pesquisa contábil frente à economia solidária, é preciso que entendamos os conceitos deste movimento, visto que há muitas definições utilizadas. No Brasil, não há uniformidade empírica quanto a este tipo de economia (Boni & Vieira, 2015). Podemos verificar por Singer (2002) que consiste em um grande movimento originário no século XIX, que parte da premissa de igualdade entre os membros. Toda sua organização é feita pelos seus associados, que são os mesmos que produzem, poupam e comercializam e, diferente do modo de produção capitalista, beneficia o direito à liberdade individual sem a relação verticalizada entre patrão e empregado. Surgiu da prática das ações dos indivíduos situadas em três dimensões: política econômica e científica.

França Filho (2002) afirmou que a economia solidária se interliga entre iniciativa e solidariedade, por meio da força do agir coletivo nas atividades econômicas. Já Gaiger (2015) trata como uma espécie de 'termo' porque abarca diferentes organizações no país tanto da sociedade civil quanto do governo. Valorização dos espaços, inserção social e criação de conexões são elementos importantes à solidariedade. É uma perspectiva econômica de apoio mútuo, fortalecendo a diversidade de culturas e compromisso com a justiça social (Mostagi et al., 2019).

O que torna a economia solidária diferente, é que sua origem ocorreu como alternativa ao capitalismo no que tange a não suprir a demanda dos menos favorecidos. Barros e Oliveira (2019) entendem que não há um conceito único, mas pode se estabelecer uma diferenciação ao tradicional mercantil, perspectivas de nova forma de condução da sociedade, aliadas a ações econômicas e políticas.

Nesta abordagem, é preciso acrescentar dois aspectos importantes: conforme Gaiger e Kuyven (2020), a busca pelo movimento solidário, nem sempre é motivada pelo fato negativo de não haver trabalho, pois pode ser coincidente com os desejos dos indivíduos e seus valores. Outro importante esclarecimento é que não há uma hierarquização das economias. Esta visão de não diferenciação foi esclarecida por Gaiger (2013) pois a economia solidária não se submete a uma escala inferior à economia capitalista, mas a emprega como alternativa possível potencializando formas do agir popular, reorganizando os fatores produtivos humanos e sociais.

Levando em conta a questão sociopolítica, temos a definição de Santos e Oliveira (2015) que retrata a economia solidária como possibilidade de criar senso comum, surgindo ações benéficas que levam a desenvolver a vida dos indivíduos. Seus princípios basilares são a autogestão, a solidariedade, a cooperação e a atividade econômica. Para seguirem essa linha de pensamento, seus componentes são levados a capacitação, porque a aprendizagem é ação fundamental na sua noção de cidadania e contribuição social. Segundo Alves et al. (2020), a economia solidária abre espaço para o saber popular.

Outro importante ponto são as características dos empreendimentos solidários, as quais cada indivíduo atua seguindo princípios diferenciados da lógica capitalista. Laville (2009) mencionou que o dom como condição de eficiência, o agir coletivo e a união são pontos fortes dos trabalhos solidários. São espécies de pontos subjetivos, mas que conseguem mantê-los motivados para continuar (Gaiger et al., 2018). Cezar e Fantinel (2018), estudaram que os obstáculos também são muitos a serem enfrentados no dia a dia, desenhando um paradoxo entre o universo simbólico e a realidade no contexto da economia solidária.

As organizações solidárias são constituídas de diversos empreendimentos: sejam trabalhos autônomos, cooperativas estruturadas ou bancos comunitários são predominantemente autogestionários, o que acresce ao papel da contabilidade nas entidades solidárias uma necessidade de readequação na maneira de administrar estas entidades. O conhecimento contábil pode ser repensado e contribuir para a gestão dos empreendimentos solidários (Calbino, 2016).

Barros e Oliveira (2019) fazem importante indagação quanto a dimensão da solidariedade pela história da sociedade, assim a economia solidária deve ter o seu lugar nas relações sociais. Partindo deste contexto, Morais et al. (2020) inferiram que a contabilidade precisa atender este segmento entendendo que este movimento social se utiliza da lógica de mercado para propagar a sua especificidade de negócios, porém com outros fins como desenvolvimento e crescimento com foco diferente do lucro (Mostagi et al., 2019).

Alguns autores justificaram o uso da contabilidade em alguns empreendimentos solidários. Segundo Faria e Lucena (2014), as incubadoras sociais se utilizam de demonstrativos contábeis e papéis de trabalho rotineiros da contabilidade e demonstrativo de excedentes do exercício relatando a complexidade e o quanto é importante a reflexão sobre o quanto os atores de entidades cooperativas estão preparados para administrarem o empreendimento.

Na mesma linha, Duarte (2021) concluiu que são vários os benefícios da utilização da contabilidade nos empreendimentos solidários: um controle contínuo da reserva financeira, a facilitação para o uso de estratégias de destinação de recursos além da ampliação da arrecadação de receita, ações que mostram a relevância da técnica contábil, acrescentando que é sensata a execução de testes para cooperar com a saúde financeira de um modelo de negócio solidário.

O estudo de Almeida (2006) procurou reforçar alguns aspectos para o atendimento da contabilidade ao tipo de usuário da economia solidária a partir de vários eixos, tanto do campo técnico quanto competências profissionais: nova linguagem, novos instrumentos de informação contábil, nova forma de atuar dos profissionais contadores, nova formação de contadores, e a legislação contábil que reconheça os empreendimentos autogestionários. A autora detalhou sugestões que inferem uma nova relação sugerida para contabilidade.

Apesar de alguns pesquisadores considerarem os benefícios do uso da ciência contábil nas organizações solidárias, reconhece-se que outras pesquisas encontraram problemas para os indivíduos que a praticam nestes tipos de entidades. Por exemplo, quanto ao aspecto regulatório, cooperativas que se utilizam de sistemas contábeis utilizam sistemas desenvolvidos para atendimentos a empresas comuns que são adaptadas a realidade e características únicas do sistema cooperativo, revelando muitas lacunas no aspecto de uniformidade dos dados contábeis para cooperativas concluindo que são necessários sistemas mais direcionados a este segmento (Maria et al., 2014).

É importante ressaltar que a ausência de um método tanto quanto das habilidades foram premissas usadas para suportar o estudo de Leal e Nova (2009) que evidenciou as dificuldades no método de trabalho contábil frente às burocracias e rotinas administrativas e contábeis, que demanda muito esforço, proatividades e responsabilidades comuns a qualquer entidade, sem muita liberdade de ação. Isso quer dizer que o uso adaptado da contabilidade, acrescido a pessoas que possuam baixa noção das técnicas, pode trazer alguns desafios a economia solidária.

Por fim, devido a inexistência de uma base teórica estruturada a este tipo de economia lacunas são encontradas nos poucos empreendimentos econômicos solidários que utilizam técnicas contábeis e que foram investigados. Caminhos precisam ser abertos e adequados, e a discussão por meio das pesquisas em contabilidade na economia solidária precisa emergir no campo acadêmico. A solidariedade já faz parte da sociedade, integrante de um sistema diferenciado em vários aspectos organizativos, mas não deixa de ser um fenômeno social e, como tal, precisa ser investigado.

2.3 Discussão da teoria da contabilidade social aplicável aos bancos comunitários de desenvolvimento

De forma a complementar o entendimento neste ensaio, convém definir o tema bancos comunitários de desenvolvimento e suas características. Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) são entidades que promovem geração de renda e desenvolvimento do território disponibilizando produção e consumo com base nas iniciativas da economia solidária (Segundo & Magalhães, 2009). Estes tipos de entidades surgiram no país em 1998 pela iniciativa do Banco Palmas, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, um bairro com 30.000 habitantes, localizado no sul de Fortaleza, Ceará, no nordeste do país e desde então seus números crescem (Carvalho, 2015). Em 2022, o número de BCDs montam em 150 entidades e estão distribuídos em diversos estados brasileiros (CUT-RS, 2023).

Como características de seu funcionamento, Rigo et al. (2015) escreveram que pode-se perceber que há dois tipos de ações na Economia Solidária muito representativas. Existe uma por vias finanças solidárias, que consiste na entrega de crédito baseado em algumas regras e a segunda é a via por proximidade, uma vez que confiança e valores são a base das práticas financeiras que se desenvolvem comunitariamente devido a prioridade para inclusão financeira dos menos favorecidos. Outros objetivos são potencializar o empreender local, dar nova importância ao dinheiro com vistas ao valor social. Os bancos fazem atendimento a clientes com alta vulnerabilidade e por isso era

essencial o investimento do governo via políticas públicas, contudo levantou que a participação pública ainda é incipiente (Raizer & Capelari, 2021).

Em análise desta estrutura dos bancos, percebemos a lacuna em pesquisas contábeis que nos tragam o processamento da rotina de controle e gestão de seus fatos financeiros, como são operacionalizados. Além disso, ainda há um *gap* sobre a existência de divulgações e os reportes à sociedade realizados. Considerando as informações acumuladas neste ensaio sobre a teoria da contabilidade social, podemos associar dados de pesquisas que indicam direções em que a pesquisas empíricas nesta ciência poderiam ser direcionadas e discutidas no que se refere aos bancos comunitários.

Compreendendo que a contabilidade social é uma ciência influenciadora nos aspectos social, político e econômico nota-se forte ligação com os objetivos e princípios que atuam os BCDs: quanto aos aspectos sociais e econômicos, o diferencial adotado por bancos comunitários é que todo seu aparato organizacional é constituído de valores sociais os quais se destacam solidariedade, empatia, ajuda mútua e confiança que se liga ao desenvolvimento local.

Os atores dessas entidades passam por um processo subjetivo de transformação, percebendo melhor relações interpessoais, ganho de aprendizagem além de descobertas de habilidades que a construção do modelo possibilitou acontecer (Farias & Soares, 2022). Assim como estudos na contabilidade social se debruçam a estudar as subjetividades sociais nas questões ambientais, estes aspectos no cenário solidários dos bancos podem ser investigados.

Quanto ao aspecto político, Rigo et al. (2015) informaram que todos os fluxos dos bancos passam por relações horizontalizadas e recíprocas. Os agentes de crédito são eleitos pela comunidade e passam por capacitação para gestão do BCD e para esses indivíduos é designada toda responsabilidade da gestão do banco desde a formação até controle das linhas de crédito realizadas. Segundo Rigo e França-Filho (2017) há democracia na tomada de decisão, representados pela estrutura de gestão destas estruturas e são formados o conselho gestor e comitê de análise de crédito, sendo um ponto base para estes tipos de empreendimentos. Os sujeitos envolvidos possuem percepções que podem ser estudados à luz da contabilidade social direcionando orientações úteis à divulgação, possibilitando análises de como a contabilidade se desenvolve nestes locais entendendo os benefícios e desafios enfrentados no uso da técnica em suas rotinas.

Um outro ponto que merece ser verificado é o controle externo governamental, importante para manutenção dos fluxos adequados em qualquer entidade. Conforme pesquisa de Azevedo (2021), o autor aponta que a contabilidade fez falta quando as entidades políticas se articularam para implementação da poupança digital virtual, usado por intermédio dos BCDs com esta funcionalidade, para sua plena operacionalização à época inicial da pandemia do covid-19. Uma estrutura externa e especializada que pudesse controlar e fiscalizar era necessária para correto funcionamento do programa, que utilizou dos bancos comunitários para entrega do Bolsa Família.

Outro cuidado que precisa ser refletido é o esclarecimento do significado de riqueza e 'social' nestas entidades, permitindo enxergar uma noção diferente, sem as lentes clássicas da contabilidade social que visam patrimônio e lucro com uma relação ambiental, mas um olhar para a relação existente entre os bancos comunitários em desenvolvimento e seu 'patrimônio' que é identificado como a cooperação mútua e desenvolvimento local (Farias & Soares, 2022). A contabilidade para estes setores pode ser apresentada de uma nova forma com perspectivas diferenciadas e adaptadas ao conhecimento da realidade destes bancos. Assim, cabe pensarmos e discutirmos a teoria sob enfoque de inovação metodológica na contabilidade social.

Acrescendo outros pontos importantes, Moraes et al. (2015) pesquisaram que os bancos comunitários possuem diversidade de funcionamento e adoção de regras nos bancos comunitários, dependendo de sua região. Vários fatores precisam ser postos em pauta e os autores entendem que é compreensível este fato, pois cada localidade precisa ter sua gestão de negócio personalizada para o desenvolvimento do seu território. Entendimento das especificidades das ações nestas entidades são tão importantes quanto a representatividade formal do negócio. Assim como a contabilidade social estuda a interação das empresas e o meio ambiente, a teoria pode ser benéfica a ajudar a entender a relação entre os bancos comunitários e a ambiência nos meios em que atuam.

No contexto da sustentabilidade, parte muito estudada na contabilidade social, encontra-se no estudo de Pupo (2023), um bom exemplo da dificuldade destes tipos de bancos em aliar seus princípios de desenvolvimento local a concorrência dos grandes comércios. Em uma análise do contexto geográfico, pois a autora evidencia os circuitos urbanos trazidos numa perspectiva de

relação desigual de um território. Ela conclui que no caso da moeda social digital que opera em Maricá, o Mumbuca, foi preciso integrar-se aos comércios do circuito superior para que eles também aceitassem a moeda digital numa forma de demonstrar credibilidade à população. Porém, o caminho foi paradoxal, uma vez que procurou se apoiar em estabelecimentos de grande porte, o que pode gerar dúvidas quanto ao potencial de alavancar economicamente uma região já que se distanciou de uma noção de comércio justo, um princípio basilar da economia solidária.

Dito isto, o estudo evidencia que há complexidade nas relações com vistas a manutenção do modelo dos bancos comunitários em função dos indivíduos locais e a aceitação e confiança nesta estrutura. Assim como uma empresa pode ser levada a desconfiança quando seus relatórios sociais não entregam o que é preciso para inferir ações sustentáveis, os bancos comunitários precisam destas estatísticas e informações analisadas e divulgadas para uma melhor tomada de decisão. Para Medeiros (2017), a prática sustentável costuma ser assunto abordado na capacitação aos cidadãos e, em linhas gerais, pode ser conceituada conforme Silva Júnior et al. (2008, p. 162): “Ela deve ser interpretada em uma sustentabilidade plural que vai além da dimensão econômica mercantil, mas compreende uma multiplicidade lógicas econômicas (a economia de mercado, a economia não-mercantil/redistribuição e a economia não-monetária/domesticidade)”.

Essas noções condizem com a ideia de que sustentabilidade na economia solidária pode ser nula de entendimento metodológico ou de difícil aplicação deste conceito, fato que pode se justificar pela falta de base teórica adequada. Assim, a teoria da ação sustentável empresarial poderia trazer uma verificação de sua existência nestes empreendimentos. Abaixo, segue uma figura comparativa baseada nos estudos de Rezaee (2021) compondo os termos de sustentabilidade pelos dois aspectos, o empresarial e o solidário, considerando especialmente os bancos comunitários de desenvolvimento.

Tabela 1

Comparativo da sustentabilidade empresarial com os conceitos sustentáveis do BCDs

Sustentabilidade Empresarial Criação de valor	Bancos comunitários Desenvolvimento	
Capital Estratégico	Valores Solidários	. Cooperação . Solidariedade
Capital Próprio	Empreendimentos Econômicos Solidários	. Atividades econômicas . Moedas Sociais . Recursos públicos . Investimentos . Excedentes
Capital Intelectual	Envolvidos	. Voluntariado . Universidades . Órgãos Públicos
Capital Reputacional	Parceiros	. Prestadores de serviços . Recursos Públicos . Recursos Privados
Capital Ambiental	Sociedade	. Envolvidos . Sociedade Civil . Governo . Ações ambientais

Nota: Fonte: Adaptado de Rezaee (2021).

Os conceitos trazidos por Rezaee (2021) são esclarecedores no sentido de que o termo de sustentável tem a ver com criação de valor além da maximização do lucro dos acionistas, o chamado lucro com propósito. Esse valor pode ser representado pelo bem-estar das partes interessadas, formando um conjunto de agentes que precisam ser considerados na criação de valor da organização, isso significa um conceito de sustentabilidade com uma natureza multidimensional. Para os bancos comunitários, podemos refletir sobre o excedente com propósito que são os valores solidários e os demais ‘capitais’ envolvidos nos BCDs seriam as os circuitos das atividades econômicas, seus atores

e, por último, também o capital ambiental atuando com equivalência ao termo social, como relativo às partes interessadas da sociedade nas ações destas entidades.

Convém ressaltar os desafios que os bancos estão enfrentando são identificados em diversas pesquisas acadêmicas: falta de prática de planejamento estratégico (Carvalho, 2015), dificuldade gestão das tecnologias das plataformas das moedas sociais (Cernev & Diniz, 2020), insuficiência de formação (Rigo & França Filho, 2017) e complexa construção de confiança com a comunidade local (Rigo et al., 2015). Problemas objetivos, mas também possuidores de quesitos subjetivos que a contabilidade social pode dar conta de delinear, uma vez que possui pesquisas e investigações amparadas por um caráter mais qualitativo em seu bojo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou discutir a contabilidade social entendendo seus principais conceitos, seus caminhos trilhados bem como os apontamentos a respeito da concentração de seus estudos. Explicamos a economia solidária, seus fundamentos e características e apresentamos seus desafios quanto ao uso da contabilidade e as pesquisas que revelam os desafios para manutenção destes tipos de negócios sociais. Ainda, abordamos o tema bancos comunitários de desenvolvimento numa tentativa de delinear seus objetivos e especificidades associando à luz da teoria da contabilidade social como instrumento de estudo da gestão social.

Conforme os estudos aqui apresentados, é pertinente a proposição de que a contabilidade social pode ser o recurso metodológico de estudos empíricos em bancos comunitários de desenvolvimento. Azeredo e Faria (2011) mostraram que o uso de técnicas contábeis pode ser visto como um acesso democrático a linguagem contábil, fortalecendo a autogestão solidária entre os que atuam nos empreendimentos sociais, de forma a ser útil às suas práticas e políticas. A contabilidade pode propiciar viabilidade econômica e melhores condições de vida, e práticas sustentáveis de autogestão.

Embora possível, é importante reconhecer que o desafio é de grande dimensão, uma vez que a contabilidade social precisará se emancipar de usos clássicos de registros, análises e divulgações ainda muito cerceados dos instrumentos técnicos que favoreçam a tomada de decisão de entidades de grande porte e privadas. Os bancos comunitários de desenvolvimento, assim como as demais entidades solidárias, convivem com a dicotômica relação entre objetivos simples e atribuições complexas para definição e manutenção de seus significados no contexto solidário, pois se afastam da ideia central de lucratividade para proprietários.

Infere-se como limitação deste estudo, a amostra limitada da teoria da contabilidade social, bem como o foco nas pesquisas empíricas solidárias já pesquisadas, sem abarcar nas teorias base que envolvem a economia solidária, orientada para os bancos comunitários, muitas delas pertencentes a outras áreas do conhecimento (economia, psicologia, entre outras).

Os entendimentos expostos neste ensaio sugerem possíveis estudos em contabilidade social como: estudos sobre a sustentabilidade solidária, perspectivas dos investimentos públicos divulgados nos demonstrativos da contabilidade pública, estudos de possíveis práticas inovadoras da contabilidade social para atendimento aos bancos comunitários, avaliação crítica da contabilidade para o segmento solidário brasileiro e estudos comparativos com a contabilidade aplicada nos bancos comunitários de desenvolvimento em outros países.

REFERÊNCIAS

- Almeida, E. A. D. (2006). Contabilidade e autogestão: Um estudo sobre a dimensão contábil nos processos de autogestão dos empreendimentos de economia solidária. [Dissertação de mestrado Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações USP. <https://doi.org/10.11606/D.12.2006.tde-29052007-151624>.
- Alves, J. C. M., Veloso, L. H. M. M., Andrade, E. P. D., & Silva A. M. D. (2020). Economia Solidária e a dimensão cognitiva da experiência dos catadores. *Interações* (Campo Grande), 21(1), 125-140.

- Azeredo, R.F., & Faria, M. S. de (2011). Tecnologia de gestão para a economia solidária: contabilidade social construída em processo de incubação. *Anais do oitavo Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social*. UFRJ.
- Azevedo, M. F. F. (2021). *Renda básica e inclusão financeira em tempos de crise: uma reflexão sobre transferência de renda através da ação da moeda social Mumbuca*, em Maricá-RJ. [Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
<http://hdl.handle.net/11422/15631>
- Barros, V. A. D., & Oliveira, F. G. D. (2019). Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária. *Revista Laboreal*, 15(1), 1–21.
- Boni, I. M., & Vieira, R. (2015). Turismo alternativo solidário e o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, SC. *Revista Interações*, 16(2), 365–375.
- Burchell, S., Clubb, C., Hopwood, A., & Hughes, J. (1980). The roles of accounting in organizations and society. *Review Accounting, Organizations and society*, 5(1), 5-27.
- Calbino, D. (2016). O Estado da Arte da Produção Científica em Economia Solidária. *Revista de Administração Pública e Gestão Social*, 1(2), 95–103.
- Carvalho, H. (2015). A importância do planejamento estratégico para o desenvolvimento dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. In: *I Congresso de Pesquisadores Em Economia Solidária*. São Carlos, SP.
- Cernev, A. K., & Diniz, E. H. (2020). Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(5), 487–506.
- Cezar, L. C., & Fantinel, L. D. (2018). The sales of craft over a Lively Talk and a cup of Coffee: Social representations in a commercialization center of solidarity economy. *Brazilian Business Review*, 15(5), 475–493.
- Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. (2023). *Bancos comunitários transformam vidas e comunidades no Brasil e no mundo*.
<https://www.cut.org.br/noticias/bancos-comunitarios-transformam-vidas-e-comunidades-no-brasil-e-no-mundo-64d1>
- Duarte, A. T., Jr. (2021). *Uma proposta de modelo de negócio na área de educação fundamental baseada na economia solidária*. [Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Elkington, J. (1998). Accounting for the triple bottom line. *Measuring business excellence*, 2(3), 18-22.
- Faria, P. A. O., & Lucena, A. F. A. (2014). Contabilidade em empreendimentos econômicos solidários de reciclagem de lixo em Goiânia: uma abordagem comparativa entre incubados e não incubados. In: *XII Congresso USP Contabilidade e Controladoria*, São Paulo.
- Farias, M., & Soares, J. (2022). Microcrédito Solidário x Microcrédito Convencional: Análise da Percepção de Gestores de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. *Revista das ITCPs*, 2(1), 101-115.
- Ferreira, A. C. D. S. (1995). Contabilidade de custos para gestão do meio ambiente. *Caderno de Estudos*, 1(6). <https://doi.org/10.1590/S1413-92511995000100002>.

- França, G. C., Filho (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, 12(1), 9-19.
- Gaiger, L. I. (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 211-228.
- Gaiger, L. I. (2015). A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 79, p. 43-63.
- Gaiger, L. I., Ferrarini, A., & Veronese, M. (2018). The concept of solidarity economy venture: Towards a gradualist approach. *Revista Dados*, 61(1), 137-169.
- Gaiger, L. I. G., & Kuyven, P. S. (2020). Economia solidária e trajetórias de trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35, <https://doi.org/10.1590/3510304/2020>
- Gil, J. M. (2018). Contabilidad Social, Desarrollo Equitativo y Universidad Crítica - Interrelaciones y Dependencias. In: *En Contexto Revista de Investigación*, 7(10), 51-67.
- González-Castillo, F., Lobatón-polo, D., & Polo de Lobatón, G. (2017). Indicadores de contabilidad social con miras a diseñar políticas de mejoramiento de calidad de vida. *Cuadernos de Contabilidad*, 17(44), 493-519.
- Gray, R. (2002). From confusion, systems, and sustainability: towards more social and environmental accounting and finance. *The British Accounting Review*, 34(4), 357-386.
- Gray, R., Dillard, J. & Spence, C. (2009). Social accounting research as if the world matters: An essay in nostalgia and a new absurdism. *Public Management Review*, 11(5), 545-573. <https://doi.org/10.1080/14719030902798222>.
- Gray, R., Dillard, J. & Spence, C. (2010). A Brief Reassessment of the 'Social Accounting Project'. Social Accounting research as if the world mattered. In: *Social Accounting and Public Management*. Routledge, 2010. (pp. 25-36).
- Guimarães, A. P., & Santana, C. M. (2007). Teorias justificativas da contabilidade social: a percepção dos discentes de cursos de ciências contábeis no Distrito Federal. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 1(2), 1-21.
- Hopwood, A. (2013). On trying to study accounting in the contexts in which it operates. In: Routledge Library (Ed.), *Accounting from the outside*, 1, 159-176.
- Iudícibus, S., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(38), 7-19.
- Kroetz, C. E. S. (1999). Contabilidade Social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 120.
- Laville, J. L. (2009). A economia solidária: Um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 7-47.
- Leal, D. T. B., & Nova, S. P. C. C. (2009). Vista dos Métodos dramáticos aplicados a intervenções socioeducativas de Autogestão e Contabilidade. *REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(3), 1-17.
- Machado, M. R., Nascimento, A. R. & Murcia, F. D. (2009). Análise crítica-epistemológica da produção científica em contabilidade social e ambiental no Brasil. In: *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. São Paulo.

- Maria, N., Salla, G., Veiga, A., Konder, V., & Klann, R. C. (2014). Convergência Voluntária Às Normas Internacionais De Contabilidade Em Sociedades Cooperativas: Correlação Entre Padrões e Práticas. *Revista ConTexto*, 14(26), 90–102.
- Medeiros, V. L. (2017). *Educação financeira e finanças solidárias: impasses conceituais limites e avanços na prática*. [Dissertação de Mestrado Universidade Federal da Bahia] Repositório da Universidade Federal da Bahia.
- Moraes, E. C. de, Nogueira, A. M., & Vieira, R.M. da L. (2015). Grameen Bank and Community Development Banks: A Comparative Analysis. *RISUS-Journal on Innovation and Sustainability*, 6(3), 127-139.
- Moreira Júnior, R. C. S., & Ferreira, A. C. V. (2023). Economia informal como parte da economia não observada no setor agropecuário do município de Mamanguape-PB: um estudo com base na contabilidade social. *Revista Foco*, 16(1), 1-22.
- Morais, L. P. R., Xavier, W. S., & Pinheiro, D. C. (2020). Comunidade Noiva do Cordeiro: contribuições por meio de elementos de um sistema baseado em uma economia substantiva. *Cadernos EBAPE*, 18(4), 1040–1057.
- Mostagi, N. C., Pires, L. L., Mahnic, C. L. P., & Santos, L. M. L. (2019). Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. *Revista Interações*, 20(1), 111–124.
- Pupo, C. G. de P. (2023). Entre os nexos dos circuitos da economia urbana e novas possibilidades financeiras. *Boletim Campineiro de Geografia*, 12(1), 63–83.
- Raizer, L. T., & Capelari, C. P. (2021). Moedas sociais - uma ferramenta de inclusão financeira - observações sobre o banco palmas e a sua moeda. *Revista Fatec Sebrae em debate-gestão, tecnologias e negócios*, 8(15), 135-135.
- Ramanathan, K. V. (1976). Toward a theory of corporate social accounting. *The Accounting Review*, 51(3), 516-528.
- Rezaee, Z. (2021). *Business sustainability: profit-with-purpose focus*. Business Expert Press.
- Riahi, O., & Khoufi, W. (2019). Understanding IFRS adoption: Consideration of the institutional dimension through a behavioral context. *Journal of Applied Accounting Research*, 20(4), 543-570.
- Rigo, A. S., França Filho, G. C. de, & Leal, L. P. (2015). Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. *Desenvolvimento em Questão*, 13(31), 70-107.
- Rigo, A. S., & França Filho, G. C. (2017). Bancos Comunitários e moedas sociais no Brasil reflexões a partir da noção de economia substantiva. EdUFBA.
- Rodrigues, M. M. M., Alves, M. D. C. G., & Silva, R. J. (2018). A contabilidade social e a sua divulgação: uma revisão bibliométrica. *Desafios da Gestão Atual*, 25.
- Santana, C. M. (2004). *Produção do conhecimento em contabilidade social no Brasil (1990 a 2003): abordagem bibliométrica*. [Dissertação de mestrado Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digitais de Teses e Dissertações da USP.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-07112024-154215/>.
- Santos, J. C., & Oliveira, B. A. M. (2015). Possibilidades para a psicologia na economia solidária: Atuação numa ITCP. *Revista Psicologia e Sociedade*, 27(2), 372–382.

- Segundo, J. J. M. N., & Magalhães, S. (2009). Bancos comunitários. *Mercado de Trabalho IPEA*, 1(1), 21-26.
- Silva Junior, J. T., Mâsih, R. T., Cançado, A. C., & Schommer, P. C. (2008). Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção. *Imprensa Universitária/UFC*, 1(1), 1-22.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. (1a ed.). Fundação Perseu Abramo.
- Souza, V.R., & Ribeiro, M. S. (2004). Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. *Revista Contabilidade & Finanças*, 3(35), 54-67.
- Tinoco, J. E. P., Carvalho C. J. A de., Yoshitake, M., Torre, R. E. L de, & Imoniana, J. O. (2010). Análise econômica, financeira, social e ambiental de empresas brasileiras do setor siderúrgico: período de 2002 a 2006. *Revista Administração Em Diálogo*, 12(3), 80-110.